



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 13683/000.072/91-41

Sessão de 12 de julho de 1993

ACORDÃO No. 104-10.612

Recurso no. 72.180 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EX: DE 1990

Recorrente: JUAREZ VIEIRA DA SILVA - ME (FIRMA INDIVIDUAL)

Recorrida: DRF EM MONTES CLAROS - MG

IRPJ - RECURSO VOLUNTÁRIO - TEMPESTIVIDADE -
Não se conhece de apelo à segunda instância,
contra decisão de autoridade julgadora de
primeira instância, quando formalizado após
decorrido o prazo regulamentar de trinta
dias.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso
interposto por JUAREZ VIEIRA DA SILVA - ME (FIRMA INDIVIDUAL).

Acordam os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por
perempto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o pre-
sente julgado.

Sala das Sessões (DF) em 12 de julho de 1993.

Leila Maria Scherer Leita
LEILA MARIA SCHERER LEITA - PRESIDENTE E RELATORA

Jose Edmundo Barros de Lacerda
VISTO EM JOSE EDMUNDO BARROS DE LACERDA - PROCURADOR DA FAZENDA
SESSÃO DE: 15 JUL 1993 NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes
Conselheiros: Waldyr Pires de Amorim, Célio Salles Barbieri Júnior,
Evandro Pedro Pinto, Miguel Rendy, Antonio Lisboa Cardoso. Ausentes,
justificadamente, os Conselheiros Iraci Kahan e Carlos Walberto Chaves
Rosas.



PROCESSO NO. 13683/000.072/91-41

ACORDÃO No.: 104-10. 612

A autoridade monocrática decidiu nos seguintes termos:

- as microempresas sujeitam-se ao recolhimento da Contribuição Social instituída pela Lei no. 7.689, de 1988, independentemente de sua receita bruta, isto é, mesmo que esta não tenha ultrapassado o limite anual previsto em lei;

- a Contribuição Social, nos casos de Microempresas, incide sobre a parcela equivalente a 10% (dez por cento) da receita bruta do período-base (Lei no. 7.856, de 1989, art. 29);

- entende-se por receita bruta toda receita auferida pela empresa, seja decorrente das receitas operacionais ou não operacionais, cabendo sua comprovação, nos termos do art. 15 da Lei no. 7.256, de 1984;

- é legítima a exigência impugnada, uma vez que a pretensão da impugnante em considerar como receita bruta o valor das entradas mais 30% de margem de lucro carece de amparo legal e, ainda, não foi trazido aos autos nenhum elemento capaz de elidir o fato.

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 20.02.92 e, inconformada, ingressou em 31.03.92 com o recurso voluntário de fls. 20/42.

Como razões de recurso, a contribuinte se fundamenta nos seguintes argumentos:

- não pode prosperar tal exigência pois os valores lançados na declaração estão errados;

- conforme quadros e gráfico demonstrativo e comparativo (anexos 1, 2 e 3), fica evidente o erro por parte do profissional ao preencher o Formulário 11;

- houve erro na colocação do "ponto" na unidade de milhar e, com isso, os valores foram aumentados em cem vezes;

- sendo microempresa, não emite documento de saída de mercadorias.



PROCESSO NO. 13683/000.072/91-41

ACORDÃO No.: 104-10.612

V O I O

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - Relatora

Depreende-se do relato que se trata de recurso interposto pelo sujeito passivo contra a autoridade monocrática, a qual confirmou a exigência fiscal consubstanciada na Notificação de fls. 03.

O Decreto no. 70.235, de 1972, que rege o Processo Administrativo Fiscal, reza em seu art. 33 que das decisões proferidas pela autoridade julgadora de primeira instância, em casos de exigências fiscal contrárias aos contribuintes, cabe recurso, dentro de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão recorrida.

E inconteste que o descumprimento desse pressuposto acarreta a ineficácia do recurso, impedindo o seu conhecimento pelo julgador em instância superior.

No caso sob exame, constata-se, de forma inequívoca, que sua apresentação não observou o prazo legal fixado naquele diploma legal. Ciente da decisão de primeira instância em 20.02.92, ingressou com seu recurso somente em 31.03.92, conforme nos dá conta o carimbo de recepção apostado na peça recursal.

Em face do exposto, voto pelo não conhecimento do recurso, por perempto.

Brasília - DF, em 12 de julho de 1993.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - RELATORA